



MOVIMENTO

Em defesa do SUS

CROSP se articula com outras instituições para cobrar mais recursos para a saúde. Pág .14



ÉTICA

Código de ética em debate

Crosp marcou presença na 4ª CONEO e participou ativamente da atualização do Código de Ética Odontológica. Pág .16

www.crosp.org.br

Novo CROSP

Avenida Paulista, 688 | Térreo | CEP 01340-090 | São Paulo | Dez/2011 | Edição 135 | Ano XXX

■ LEGISLAÇÃO

CROSP reage a projetos que ameaçam a Odontologia



Projetos em discussão podem prejudicar cirurgiões-dentistas e pacientes. Ações do CROSP tentam impedir o retrocesso

Em 2011, autoridades apresentaram algumas propostas de alterações em normas relacionadas à prestação de serviços de saúde que, se confirmadas, vão influenciar de maneira significativa o dia-a-dia do cirurgião-dentista e dos pacientes. E para pior.

No centro dos debates estão uma nova regulamentação para o comércio de equipamentos de saúde, a possibilidade da oferta de planos odontológicos “gratuitos” e a falta de

regras para a venda de clareadores dentais

E, embora essas ameaças sejam reais, a classe odontológica ainda não deu a devida atenção para o assunto, como alerta o presidente do CROSP, Dr. Emil Adib Razuk. “Estamos informando sobre esses casos e percebemos aumento da participação dos colegas nas discussões, mas precisamos aumentar esse engajamento para ter mais força na defesa dos nossos interesses”. Pág .03



■ HOMENAGEM

Festa da Odontologia em São Paulo

Em sessão solene realizada na Assembléia Legislativa, no dia 24/10, o CROSP comemorou o dia do Cirurgião-Dentista e concedeu a medalha Tiradentes para pessoas e instituições que colaboram de forma expressiva para o avanço da profissão e da saúde da população. Pág .10

SEGURO

Seguro de vida

O seguro de vida do CROSP em 2012 vai significar, em alguns casos, uma economia de até R\$ 1.000,00. A cobertura entrará em vigor no dia seguinte ao pagamento da anuidade, por isso é importante a quitação imediatamente ao recebimento do boleto. Pág .22

ÍNDICE

- 02 | Editorial**
Nis et harum unt
- 03 | Profissão**
Projetos em discussão podem afetar, para pior, o exercício da profissão
- 05 | Entrevista**
“Não há necessidade de uma nova legislação para controlar equipamentos de saúde”
- 06 | Planos**
Possibilidade de plano odontológico “grátis” ainda existe
- 07 | Comércio**
CROSP busca regulamentação para o comércio de clareadores dentais
- 08 | Comemoração**
100 anos do Centro Odontológico da Polícia Militar
- 10 | Homenagem**
Festa da Odontologia na Assembleia Legislativa de São Paulo
- 13 | Evento**
Fórum de Conselhos da Saúde debate qualificação dos profissionais
- 14 | Movimento**
CROSP se junta a outras instituições de saúde em defesa do SUS
- 16 | Ética**
Atualização do código de ética em debate
- 18 | Premiação**
CROSP divulga lista dos vencedores do programa e concurso “A Saúde Bucal”
- 20 | Curtas**
Dispensa de débitos fiscais
- 20 | Curtas**
Nota de falecimento
- 21 | Curtas**
CROSP quer mais rigor nas especializações
- 21 | Curtas**
MEC cancela 307 vagas em cursos de Odontologia
- 21 | Curtas**
Seleção pública do CROSP foi prorrogada
- 22 | Avanços**
Piracicaba reduziu em até 42% o ISSQN para os cirurgiões-dentistas e TPDs
- 23 | Evento**
CROSP interativo no 30º CIOSP
- 24 | Benefício**
CROSP permanece como único Conselho a oferecer seguro de vida



Entrevista com Dr. Manoel Aparecido Gomes da Silva



Tenente Coronel Dentista Policial Militar, Dr. Laércio Ribeiro de Paiva, recebe a medalha Tiradentes



Pré CONEO na Capital



Professor Dionísio Viriha

EDITORIAL

Comunicação que fortalece

A partir desta edição do “Novo CROSP” apresentamos aos leitores um jornal reformulado. O objetivo é tornar a publicação mais informativa e oferecer análises sobre questões relevantes da Odontologia. Este novo projeto editorial, que será aperfeiçoado permanentemente – inclusive com a ajuda dos colegas –, pretende contribuir para a compreensão de fatos que influenciam, ou podem vir a influenciar, o dia-a-dia em consultórios, clínicas e no serviço público que, por conta da rotina profissional atribulada, muitas vezes escapam da nossa atenção.

Para isso, investimos em matérias mais longas e detalhadas, e análises mais apuradas para subsidiar a conclusão dos leitores. Assim, esperamos estimular a participação nas discussões e, conseqüentemente, conquistar mais união e fortalecimento da classe na defesa dos nossos interesses que, afinal, são comuns.

E, como já foi dito, essa fórmula deve ser aperfeiçoada a cada edição com a participação dos colegas. Em vários espaços dessa edição impressa informamos o endereço de e-mail (novocrosp@crosp.org.br) para que os leitores se comuniquem diretamente com os editores e sugiram pautas, abordagens ou novas ferramentas.

Essa reformulação é apenas uma ação no projeto que o CROSP pretende implantar em 2012 para se relacionar de maneira mais eficiente com os cirurgiões-dentistas. Nesse sentido, vamos promover uma ampla pesquisa entre os colegas durante o 30º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (CIOSP) para recolher sugestões que vão aprimorar esse planejamento. A pesquisa também ficará disponível no site para os colegas que não participarem do evento.

Desde já agradeço a participação de todos nessa consulta. Quanto maior o número de colegas que se manifestarem, melhor poderemos adequar as ações às expectativas da classe e multiplicar a re-

presentatividade na defesa dos nossos pleitos.

Essa mobilização é extremamente importante, como os leitores poderão ver em uma grande reportagem nessa edição (“Legislações em discussão podem afetar, para pior, o exercício da profissão”). O setor de saúde atravessa um momento de acomodação de interesses que se reflete na legislação. A discussão é intensa nessa área e, em alguns pontos, a odontologia está sendo afetada diretamente.

O CROSP, sobretudo neste ano de 2011, se movimentou intensamente para que o resultado dessas negociações seja positivo para a Odontologia. No entanto, é necessária maior participação e demonstração de força, que nós temos, mas em determinadas ocasiões permanece oculta. Devemos nos apresentar publicamente, sensibilizar a opinião pública (afinal, nossos interesses estão alinhados aos da população pelo aperfeiçoamento do atendimento odontológico) e pressionar as autoridades.

Para estabelecer esse quadro, precisamos de ações uniformes. Para isso, é fundamental a modernização dos nossos meios de comunicação, como fazemos agora com o Jornal Novo Cresp e fizemos anteriormente com o site. O mais importante, porém, é o engajamento de cada um em nossa causa comum. Nossa força reside em cada cirurgião-dentista e, sem vocês, os objetivos ficam mais distantes. Conto com o apoio de todos.

Um forte abraço,

Dr. Emil Adib Razuk
Presidente do CROSP



NA REDE

Isonomia salarial no Estado de São Paulo

O site do CROSP (www.crosp.org.br) informou que, atendendo a uma luta permanente do Conselho, o governador Geraldo Alckmin promulgou a lei que equipara a remuneração dos cirurgiões-dentistas e médicos no serviço público estadual. Veja uma matéria completa sobre o assunto na próxima edição do Jornal Novo Cresp.



NOVO CROSP

Expediente

Presidente: Dr. Emil Adib Razuk | **Secretária:** Dra. Maria Lucia Zarvos Varelis | **Tesoureiro:** Dr. Francisco Couto Mota | **Conselheiros:** Dr. Ideval Serrano, Dr. Marco Antonio Manfredini, Dr. Claudio Yukio Miyake, Dra. Rada El Achkar, Dra. Eunice Cristina Gardieri, Dr. Rogério Adib Kairalla, Dr. Caio Perrella de Rezende • **Produção Editorial:** Assessora Comunicação Ltda. | **Diretor Executivo:** Carolina Fagnani | **Diretor Administrativo:** Jeferson Paiva | **Jornalista Responsável:** Carolina Fagnani – MTB - 42434/SP | **Conselho Editorial:** Carolina Fagnani, Vinícius Antunes e Jeferson Paiva | **Editores:** Vinícius Antunes e Carolina Fagnani | **Reportagem:** Vinícius Antunes, Natália Kfourri, Caroline Vaz e Rodrigo Gepes | **Projeto Gráfico, direção de arte, ilustração e editoração:** Bruno Simões Grigoletto

Cresp reage a projetos que ameaçam a Odontologia



Dr. Emil Adib Razuk em audiência pública na Câmara dos Deputados, convocada pelo Deputado Federal Eleuses Paiva

CROSP está atuando junto às autoridades para evitar medidas prejudiciais aos cirurgiões-dentistas, mas alerta que é necessária mobilização da classe para impedir retrocessos

Neste segundo semestre, autoridades apresentaram algumas propostas relacionadas à prestação de serviços de saúde que, se confirmadas, vão influenciar de maneira significativa o dia-a-dia do cirurgião-dentista. E para pior.

E, embora essas ameaças sejam reais, a classe odontológica ainda não deu a devida atenção para o assunto, como alerta o presidente do CROSP, Dr. Emil Adib Razuk. “Estamos informando sobre esses casos e percebi aumento da participação dos colegas nas discussões, mas precisamos aumentar esse engajamento para ter mais força na defesa dos nossos interesses”, diz.

Uma dessas propostas foi colocada em consulta pública pela ANVISA e pretende controlar e regular o trânsito dos equipamentos de vigilância sanitária usados, reconicionados, alugados e em comodato.

Para tratar desse assunto, o presidente do CROSP participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados. O debate foi convocado pelo deputado federal Eleuses Paiva e contou ainda com a participação do Diretor Adjunto da ANVISA, Luiz Roberto Klassmann, do presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia, Dr. Manoel Aparecido Gomes, e de Afonso Medeiros representando a Associação Brasileira da Indústria de Arti-

gos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO).

Para uma platéia repleta de universitários da área da saúde, além de parlamentares e especialistas, o Dr. Emil advertiu que, caso a Proposta de Resolução em Consulta Pública nº 34/2011 da ANVISA seja aprovada nos termos sugeridos, os futuros cirurgiões-dentistas e médicos ali presentes terão sérias dificuldades para iniciar suas carreiras.

“Será impossível que os jovens utilizem imediatamente o consultório herdado dos pais ou de outros familiares, por exemplo. Da mesma maneira, vai se tornar praticamente inviável que profissionais recém-formados,

LEGISLAÇÃO

com capacidade limitada de investimento, busquem no mercado equipamentos usados em boas condições, porém financeiramente mais acessíveis, para iniciar suas atividades”, antecipou o presidente do CROSP.

Este raciocínio, extremamente preocupante para um país carente de mão de obra especializada, é pertinente após uma leitura atenta do regulamento colocado em consulta pela ANVISA.

De acordo com o documento, “*somente poderão ser comercializados, recebidos em doação, trocados ou cedidos os equipamentos usados localizados em território nacional que se submeterem ao recondicionamento, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento*”. E o critério que chama mais a atenção é o que determina que “*o recondicionamento deverá ser executado exclusivamente pelo fabricante do equipamento ou terceiro sob sua responsabilidade*”.

Segundo o presidente do CROSP, essa regra criará uma “reserva de mercado” que vai inflacionar e burocratizar o setor de equipamentos de saúde. “É como se o proprietário

de um automóvel fosse obrigado a realizar qualquer reparo exclusivamente na concessionária autorizada, pagando mais caro e se submetendo a prazos de manutenção muito maiores”, explica o Dr. Emil.

O presidente do CROSP pede atenção para a abrangência, ou falta de detalhamento, da proposta. “Da maneira como está redigida, a proposta alcança praticamente todos os instrumentos utilizados pelos profissionais de saúde, mesmo aqueles que não colocam em risco a integridade do paciente. Assim, no caso dos cirurgiões-dentistas, estarão sujeitos a esse controle um pequeno reparo na cadeira odontológica ou a troca de uma lâmpada dos refletores. Para esses serviços simples, seremos obrigados a nos submeter às condições impostas pelos fabricantes”, exemplifica; e ainda lembra que na cidade de São Paulo um técnico autorizado leva, em média, 48 horas para atender a um chamado de manutenção. “Nas cidades do in-

terior pode levar até uma semana. Todo esse tempo o consultório não poderá funcionar, os pacientes ficarão sem atendimento e o cirurgião-dentista sem faturamento”.

Outro aspecto nocivo da norma é que ela é generalizante e obriga esse rito burocrático em qualquer circunstância. “O recondicionamento terá que ser realizado mesmo que o equipamento esteja em perfeitas condições”

“O recondicionamento terá que ser realizado mesmo que o equipamento esteja em perfeitas condições”

e com pouco tempo de uso. Antes disso, em nenhuma hipótese poderá ser colocado em atividade. Voltando ao exemplo do automóvel, imagine alguém que compre um modelo 2011, com 5 mil km rodados. Ora, o carro está novo, mas, fazendo analogia com a proposta da ANVISA, só poderá sair da garagem quando o comprador fizer uma revisão em oficina

Alguns pontos polêmicos da proposta da ANVISA e implicações negativas apontadas pelo CROSP:

Capítulo II, Art. 5º, § 1º - *Somente poderão ser comercializados, recebidos em doação, trocados ou cedidos os equipamentos usados localizados em território nacional que se submeterem ao recondicionamento, conforme os critérios estabelecidos nesse regulamento.*

- Em muitos casos o recondicionamento é desnecessário e a regra vai gerar serviços e gastos que poderiam ser evitados.
- A regra vai gerar ociosidade do equipamento ou mesmo seu descarte prematuro quando o profissional ou instituição de saúde não puder arcar com as despesas do recondicionamento.

Capítulo III, Art. 6º, III - *O recondicionamento deverá ser executado exclusivamente pelo fabricante do equipamento ou terceiro sob sua responsabilidade, observando-se estritamente o projeto original do projeto*

- A medida vai limitar o mercado e inflacionar os serviços
- Dificilmente os fabricantes ou autorizados serão capazes de atender a demanda e serão impostos prazos de manutenção incompatíveis com o funcionamento das unidades de saúde.

Capítulo III, Art. 6º, IV - *A substituição e reposição de peças/partes no equipamento, durante o processo de recondicionamento, deverá ser feita apenas por peças/partes novas e*

aprovadas pelo fabricante

- Com isso, todo o mercado de equipamentos de saúde ficará nas mãos dos fabricantes originais, que ditarão preços e condições de manutenção de acordo com sua exclusiva conveniência
- Esta medida combinada com a anterior e a proibição da importação, na prática, extingue o comércio de equipamentos usados.

Capítulo III, Art. 6º, § 1º - *O fabricante deve definir o prazo máximo para recondicionamento do seu produto, observando o tempo útil estabelecido no projeto original do equipamento*

- Na prática, essa medida dá ao vendedor o poder de decidir quando o comprador deverá retornar ao seu estabelecimento para gastar mais dinheiro, já que apenas ele poderá recondicionar o equipamento
- A regra não leva em consideração as condições de uso para determinar a vida útil do equipamento
- Os fabricantes poderão estabelecer prazos de recondicionamento e de vida útil mais curtos para atender a seus interesses financeiros
- Estabelecer a vida útil de um instrumento e a necessidade de manutenção deve ser atribuição de órgão público, que vai considerar critérios técnicos para a decisão

Capítulo V, Art. 15, § 1º - *Em hipótese alguma o equipamento usado poderá ser posto em funcionamento nas instalações do novo proprietário sem ter passado pelo procedimento de recondicionamento, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento.*

- O inciso não leva em consideração as condições do equipamento que, em muitos casos, funciona perfeitamente
- A regra vai gerar serviços e gastos desnecessários

Capítulo VI – Art. 16 – Parágrafo Único - *O equipamento importado, ao fim do seu uso, deverá retornar ao seu país de origem, sendo de responsabilidade do importador a devolução do equipamento ao seu fabricante*

- Em conjunto com as outras dificuldades já apresentadas, essa medida praticamente inviabiliza a importação. Dessa forma, profissionais e hospitais terão apenas o mercado doméstico como alternativa para equipar suas unidades
- É uma medida protecionista, que beneficia a inflação dos preços e prejudica o desenvolvimento tecnológico
- É importante haver uma regra para o descarte correto dos equipamentos, mas é necessário implantar uma regra mais viável

especializada. Isso não faz sentido”, explica o presidente do CROSP.

O Dr. Emil adianta que isso vai causar “a ociosidade de instalações que poderiam estar a serviço dos pacientes e onerar demasiadamente os hospitais, sobretudo os filantrópicos, e os consultórios particulares que, em muitos casos, terão que pagar por um serviço desnecessário. No final, como sempre, o maior prejudicado será a população”, diz o presidente do CROSP.

Outro ponto polêmico da proposta é a proibição da importação de equipamentos usados, medida defendida pela ABIMO que, segundo seu representante na audiência, Afonso Medeiros, é uma forma de proteger a indústria nacional. Por outro lado, o presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia, Dr. Manoel Aparecido Gomes, critica a regra, argumentando que diversos importados com algum tempo de uso têm mais qualidade e são mais baratos do que os similares nacionais e são uma opção interessante para hospitais e profissionais brasileiros.

Para o deputado Eleuses Paiva, a proposta da ANVISA é um risco para a ordem econômica e a livre concorrência. “A resolução vai inviabilizar pequenas e sérias empresas de manutenção e tornar a saúde brasileira refém de poucas corporações, sobretudo de grandes conglomerados multinacionais que passarão a ditar seus preços”, avaliou. O parlamentar

também revelou que consultou os diversos lados interessados e apenas os fabricantes se manifestaram favoráveis ao documento. “Quando apenas um dos segmentos envolvidos se mostra satisfeito, temos um sinal evidente de que a decisão precisa ser revista”, concluiu.

Para o deputado federal Darcísio Perondi, presidente da Frente Parlamentar da Saúde, a ANVISA “exagerou”. Segundo ele, várias implicações práticas não foram devidamente avaliadas e a agência deve reconsiderar e fazer ajustes em sua proposta. O deputado Alexandre Roso afirmou que enxerga na medida uma “clara intenção de aumentar o custo da saúde”.

O presidente do CROSP reiterou que o Conselho não se opõe ao controle e fiscalização dos equipamentos utilizados em procedimentos de saúde, pelo contrário. No entanto, ressaltou, já existem instrumentos habilitados para essa função e uma nova regra é desnecessária. “A Vigilância Sanitária dos Estados e Municípios já regulamentam a área e tem condições de garantir a segurança dos usuários. Também é importante considerar a fiscalização que o CROSP realiza, pelo menos uma vez por ano, em todos os consultórios e clínicas odontológicas do Estado de São Paulo. Nessas visitas são

“Quando apenas um dos segmentos envolvidos se mostra satisfeito, temos um sinal evidente de que a decisão precisa ser revista”

verificadas as condições de biosegurança dos equipamentos que efetivamente podem oferecer algum risco para os pacientes e para os profissionais”, disse.

O Dr. Emil finalizou suas considerações reafirmando sua confiança na competência e integridade da ANVISA e manifestou sua esperança de que a agência vai reavaliar os pontos mais polêmicos e considerar as informações levadas pelo CROSP.

O Diretor Adjunto da ANVISA, Luiz Roberto Klassmann, confirmou que a proposta ainda está em processo de ajustes e que os dados apresentados durante a audiência serão avaliados pela agência.

Além do Dr. Emil, representaram o CROSP nesta audiência pública a Secretária, Dra. Maria Lucia Zarvos Varellis, e as conselheiras, Dra. Rada El Achkar e Dra. Eunice Cristina Gardieiri.

Comente esta matéria pelo e-mail novocresp@cresp.org.br



ENTREVISTA

“Não há necessidade de uma nova legislação para controlar equipamentos de saúde”

Entrevista com o presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR), Dr. Manoel Aparecido Gomes da Silva.

Jornal Novo CROSP – É necessária uma nova legislação para o controle de equipamentos de saúde ou o Estado já dispõe de instrumentos para isso?

Dr. Manoel Aparecido Gomes da Silva – Não. É preciso fiscalização competente. Todos os serviços de saúde, médicos e odontológicos, em qualquer cidade do país, são obrigados anualmente a preencherem o extenso cadastro nacional de saúde, onde constam todas as informações sobre os equipamentos utilizados, para poderem receber a licença de funcionamento. Esses dados são entregues aos serviços de vigilância sanitária de cada cidade que devem retransmitir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

JNC - Caso a proposta da ANVISA (sugerida na Consulta Pública nº 34) seja implantada, qual será o impacto no comércio de apa-

relhos radiológicos e como isso vai refletir nos custos de hospitais, clínicas e profissionais de saúde?

MAGS - Do ponto de vista técnico, têm que ser considerados os vários tipos de equipamentos que a ANVISA enquadra nesse regime de vigilância: desde aparelhos de ultrassom até aparelhos de radioterapia. São princípios e tecnologia diferentes, com complexidade de funcionamento e manutenção diversos, que não podem ser regidos por uma única norma.

Em verdade, a ANVISA exige que essas empresas façam o rastreamento dos aparelhos, o que significará custos. A Consulta Pública nº34 traz a obrigatoriedade de, toda vez que um aparelho for ser vendido ou doado, mesmo de pai para filho, ou de uma pessoa a uma instituição filantrópica, ele deverá ser “recondicionado” pelas



Dr. Manoel Aparecido Gomes da Silva

empresas privilegiadas. Todos sabem que nenhuma das empresas de equipamentos médicos instaladas no país tem condição de recondicionar um aparelho, o que significa colocá-lo em situação igual à de um aparelho novo. Essa obrigatoriedade traz custos aos médicos, por um serviço que não é necessário e nem será executado, para cobrir as despesas que a empresa teve fazendo o rastreamento solicitado pela ANVISA. Peço a opinião de quem ler essa entrevista: O que isso significa?

PLANOS

Possibilidade de plano odontológico “grátis” ainda existe

Apesar dos protestos do CROSP, texto da Resolução da ANS sobre envelhecimento ativo é omissivo sobre a concessão de planos odontológicos como “brinde”, o que, na prática, permite esse tipo de bonificação

Desde agosto, está em vigor a Resolução Normativa 265 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que incentiva a participação dos usuários de planos de saúde em programas de envelhecimento ativo, com a possibilidade de descontos de até 30% nas mensalidades e outros prêmios definidos a critério das operadoras.

O site da ANS publica lista como exemplos de prêmios que poderão ser concedidos: Redução no percentual de co-participação, benefício farmacêutico, acessórios aos planos (resgate aéreo, por exemplo), outros prêmios / bens materiais não relacionados aos planos.

Embora não sejam listados explicitamente, os planos odontológicos foram citados

em reportagens da imprensa como uma das alternativas de prêmios, fato que imediatamente despertou a atenção do CROSP. “É um erro. Isso vai desvalorizar a saúde bucal junto à população e deteriorar ainda mais o equilíbrio financeiro da Odontologia suplementar”, alertou, à época, o presidente da autarquia, Dr. Emil Adib Razuk.

Desde então, foram enviados ofício do CROSP e mensagens de cirurgiões-dentistas para a ANS solicitando que fosse expressamente proibida a oferta de serviços odontológicos como prêmio. Esses argumentos não foram considerados no texto inicial da resolução, que ainda pode sofrer modificações por meio de adendos.

Em contato com o Jornal Novo CROSP, a ANS informou que não está previsto qualquer dispositivo que aborde diretamente os planos odontológicos, o que, na prática permite sua concessão como prêmio.

“Essa possibilidade é muito prejudicial para a saúde bucal dos brasileiros e para os cirurgiões-dentistas. Vamos continuar com as gestões para que isso seja proibido e convidado a todos os colegas para que pressionem a ANS nesse sentido”, finalizou o Dr. Emil.

Entre em contato com a ANS para que seja proibida a oferta de planos odontológicos como prêmio pelo site:

www.ans.gov.br

MEMÓRIA

Para defender a Odontologia, o CROSP já mobilizou até o rei Pelé

Atuar contra as ameaças que colocam em risco a Odontologia não é novidade para o CROSP. Há anos essa é uma das atividades mais importantes do Conselho e, além dos avanços obtidos para o exercício da profissão e a saúde bucal da população, já rendeu casos curiosos, como o que envolveu o rei do futebol.

Em 2002, Pelé protagonizou um filme publicitário de uma operadora de planos odontológicos. Na peça, uma criança recusa os pedidos de um cirurgião-dentista para que abra a boca e cede apenas quando se espanta ao ver o craque entrando na sala.

Embora a presença do ídolo ou sua atuação em nada compromettesse a Odontologia, o argumento do filme passava uma imagem equivocada do consultório odontológico, sugerindo motivos para que a criança se sentisse desconfortável.

Na ocasião, o CROSP foi duro com a

operadora, exigindo a suspensão do comercial. Em relação a Pelé adotou uma postura de esclarecimento, considerando a força da sua imagem e eventuais futuras participações em peças publicitárias relacionadas à Odontologia.

Em ofício, o Conselho solicitou que “por ser um símbolo de honestidade, de pessoa de bem e líder” e que, acertadamente já decidira “não fazer propaganda de cigarros e bebidas” agora “acrescente nada que venha causar uma imagem distorcida de certas atividades”.

Pelé respondeu que não foi sua intenção prejudicar a Odontologia e que, a partir daquele momento “redobrarei a atenção para novos comerciais em que vier a participar, para evitar

qualquer forma de dúvida na mensagem veiculada”.

Comente esta matéria pelo e-mail novocrops@crops.org.br

MEMÓRIA

Defesa também chegou aos tribunais

Em agosto de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou em rádio e televisão uma propaganda que pretendia alertar o eleitor para verificar a conduta dos candidatos antes de escolher em quem votar. A intenção foi nobre, mas o formato inadequado.

O filme retratava um paciente sonhando que seu cirurgião-dentista é procurado pela polícia por adotar práticas de tratamento semelhantes à tortura.

O CROSP reagiu imediatamente em ofício ao Tribunal afirmando que “ao estigmatizar a figura do cirurgião-dentista como um profissional que provoca medo e dor aos pacientes, a propaganda desestimula a busca dessas ações, por parte da sociedade. Os efeitos são especialmente nocivos entre a população infantil, causando prejuízos psicológicos em relação ao tratamento odontológico”. E solicitava a adoção de providências para retirar o comercial de circulação.

No dia seguinte, o Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do TSE, respondeu ao CROSP que concordava com a avaliação e já havia determinado a suspensão do material.

CONSULTA PÚBLICA

CROSP busca regulamentação para o comércio de clareadores dentais

Venda direta ao consumidor é a maior preocupação do Conselho. Anvisa concorda e se comprometeu a realizar consulta pública

O CROSP está dando especial atenção para um assunto que pode se tornar um grave problema de saúde pública: o comércio indiscriminado de clareadores dentais. Esses produtos, que devem ser aplicados diretamente pelo cirurgião-dentista ou utilizados sob sua supervisão, estão sendo vendidos diretamente ao consumidor e, ainda pior, em sites de compra coletiva, o que torna ainda mais difícil qualquer tipo de controle.

“Essa prática é condenável, pois coloca a população em risco. Os clareadores podem causar muitos prejuízos à saúde quando usados sem a orientação do cirurgião-dentista”, alerta o presidente do CROSP, Dr. Emil Adib Razuk. Quando utilizados de maneira inadequada, o produto pode causar vários efeitos adversos como hipersensibilidade dentária, irritação da gengiva marginal, irritação gástrica e alteração da microdureza, rugosidade e morfologia superficial do esmalte dental, entre outros problemas.

Desde agosto o CROSP tem se comunicado com a ANVISA para informar a agência e cobrar providências. Naquele mês, o Conselho enviou um ofício onde expôs a situação e requereu que seja determinada “em caráter de urgência, a proibição da venda e publicidade dos agentes clareadores dentais à população em geral [...] regulamentando que somente o cirurgião-dentista é profissional habilitado para prescrever e indicar o uso de géis dentais clareadores, sendo responsável pelo acompanhamento clínico obrigatório”.

Ao mesmo tempo, foi enviado um comunicado oficial às dentais, onde se concentra a maior parte do comércio, afirmando que “as empresas que os comercializam [os clareadores dentais] de forma indiscriminada devem ser responsabilizadas pelas conseqüências”. No documento o Conselho reivindicou “compreensão para a gravidade do caso e providências

para que tal prática seja coibida de imediato”.

Representantes do CROSP foram à Brasília para uma reunião com a ANVISA e a agência informou que uma equipe técnica estava realizando um trabalho sobre o assunto, que seria finalizado com uma consulta pública. Este último procedimento ainda não foi realizado.

Em resposta ao ofício do CROSP, enviada em novembro, a ANVISA esclarece que compartilha “a preocupação [em relação ao] uso indiscriminado e sem supervisão profissional de clareadores odontológicos pela população, agravado pela venda pela internet e sites de compra coletiva”.

A agência esclarece, no entanto, que existe previsão legal de restrição de publicidade aos produtos de saúde cuja venda dependa de **prescrição médica ou odontológica**. Como “os clareadores para uso caseiro são [...] de uso sujeito à **supervisão de cirurgião-dentista** [...] não é vedada sua propaganda ao público em geral”.

Como solução para o problema, o ofício finaliza: “Considerando o exposto, **sugerimos que seja estabelecido que agentes clareadores dentais possuam exigência de venda sujeita à prescrição odontológica**”.

“É exatamente essa providência que esperamos, mas a ANVISA não deve apenas ‘sugerir’. É necessário que estabeleçam uma regulamen-



tação para obrigar que o comércio ocorra exclusivamente sob prescrição. O órgão é que tem poderes para isso e não pode se eximir dessa responsabilidade”, diz o presidente do CROSP. Uma nova reunião entre o CROSP e a ANVISA acontecerá em breve. “Vamos levar mais evidências dos prejuízos potenciais da situação e estou certo de que logo resolveremos a questão”, finaliza o Dr. Emil.

Comente esta matéria pelo e-mail novocresp@cresp.org.br



100 anos do Centro Odontológico da Polícia Militar

Referência em atendimento e equipada com tecnologia de ponta, Centro Odontológico da Polícia Militar comemora o centenário atraindo a cada dia mais cirurgiões-dentistas para a carreira militar



O Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo (C Odont) acaba de completar 100 anos. Neste período, além de construir e manter uma estrutura capaz de atender a 130 mil policiais, se tornou um centro de referência em boas práticas e atendimento equipado com tecnologia de ponta. Por isso, é hoje visto por cirurgiões-dentistas como uma atraente alternativa de carreira.

Segundo o comandante do Centro, Tenente Coronel Dentista Policial Militar Dr. Laércio Ribeiro de Paiva, no mais re-

cente concurso para a contratação de profissionais, foram mais de 4 mil inscritos para menos de dez vagas. “O ambiente é ótimo [o Comandante se refere ao seu grupo de colegas como ‘a família Ceodontina’] e as condições de trabalho são semelhantes às das clínicas mais avançadas do mundo. Aqui o cirurgião-dentista pode desempenhar plenamente a sua profissão”, diz o oficial.

Este cenário explica a estabilidade da equipe, formada por 171 Oficiais Dentistas (em todo o Estado) que, em sua maioria, não se afastam da carreira militar até

irem para a reserva. Nessa postura, aliás, seguem o exemplo do seu Comandante, que ingressou na Polícia Militar do Estado de São Paulo em 1976 com o primeiro lugar no processo de admissão para Oficiais Dentistas e nunca cogitou deixar a corporação. Após 35 anos, no entanto, o Tenente Coronel já informou que vai se aposentar nos próximos meses.

Seu substituto vai encontrar uma unidade de saúde que funciona perfeitamente e serve de modelo para as políticas públicas de atendimento à população, afinal, o contingente de 130 mil policiais mi-

litares atendido pelo C Odont é maior do que o número de habitantes da maioria das cidades do Estado.

Os resultados positivos estão baseados, principalmente, em prevenção, tecnologia de ponta e mão-de-obra especializada. “Prestamos o atendimento primário nos batalhões e realizamos exames anuais em toda a corporação. Isso diminui bastante a incidência de doenças e evita que a unidade do bairro da Luz, onde atendemos os casos mais complexos e emergências, fique sobrecarregada”, explica o oficial.

É nesta unidade que fica visível como o C Odont está bem equipado. Os principais avanços instrumentais da Odontologia podem ser vistos por ali. “Temos um caso de um Oficial Dentista que foi fazer um curso em Harvard. Lá foi apresentado como grande novidade um novo equipamento que já tínhamos aqui”, lembra o Tenente Coronel.

O comentário também demonstra o nível de conhecimento dos profissionais, muitos deles com especializações nas melhores instituições do Brasil e Exterior. “O nosso concurso não exige título de especialista, mas a maioria dos aprovados já tem quando ingressa no C Odont”, finaliza o co-



Tenente Coronel Dentista Policial Militar Dr. Laércio Ribeiro de Paiva

mandante.

Em tempos de grandes desafios para a saúde pública em geral e para a Odontologia em particular, o Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo é um

bom exemplo de como as coisas podem funcionar.

Comente esta matéria pelo e-mail
novocresp@cripp.org.br



História

O Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo teve sua origem em 19 de dezembro de 1911, através da LEI DE FIXAÇÃO Nº 1280/1911, promulgada pelo Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado de São Paulo. Esta Lei propunha a reorganização do serviço sanitário da Força Pública do Estado criando o Departamento Odontológico do Hospital Militar.

O Decreto nº 42590, de 18 de outubro de 1963, estrutura a Divisão de saúde da Guarda Civil de São Paulo, que conta com a Seção de Odontologia, compreendendo o Setor de Prótese:

Em 11 de setembro de 1963, o Decreto nº 42470, dispõe sobre a criação do Quadro Auxiliar de Saúde (Q.A.S.) da Força Pública do Estado de São Paulo:

Em 25 de setembro de 1964, embasado na Lei nº 8311 que dispunha sobre a criação dos serviços auxiliares do comando da Força Pública, o Serviço Odontológico ganha autonomia administrativa deixando de ser um Departamento do Hospital Militar.

Em 30 de abril de 1968 um enorme passo é dado, pois o Serviço Odontológico deixa suas instalações ao lado do antigo Hospital Militar, e desloca-se para a sua atual sede, a rua Jorge Miranda nº 346-Luz, prédio este com uma área de 2100 metros quadrados, construído dentro dos requisitos determinados pela Odontologia.

O Brasão do Centro Odontológico foi instituído conforme despacho do Sr. Comandante Geral, publicado no Bol G PM Nº 79 de 30 de abril de 1973, e elaborado de acordo com as instruções baixadas

pelo Boletim G PM Nº 194 de 19 de setembro de 1972.

A Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974 (Organização Básica) estabeleceu a constituição e atribuições dos Órgãos de Apoio e também a denominação atual Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Atualmente o Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo, chefiado pelo Ten Cel Dent PM Laércio Ribeiro de Paiva compreende 171 Oficiais Dentistas distribuídos entre capital, região metropolitana de São Paulo e Interior.

As ações de saúde bucal do Centro Odontológico compreendem: Implantodontia, Dor-Oro Facial, Ortodontia, Prótese, Cirurgia Buco-Maxilo Facial, Departamento de Saúde Coletiva, Dentística, Endodontia e Periodontia.

Festa da Odontologia na Assembléia Legislativa de São Paulo



Dr Emil Adib Razuk, presidente do CROSP, discursa na Assembléia

Em comemoração ao dia do Cirurgião-Dentista, CROSP homenageia destaques da Odontologia com a medalha Tiradentes

Em sessão solene realizada na Assembléia Legislativa, no dia 24/10, o CROSP comemorou o dia do Cirurgião-Dentistas e concedeu a medalha Tiradentes, maior honraria da Odontologia, para pessoas e instituições que colaboram de forma expressiva para o avanço da profissão e da saúde da população.

Em seu discurso de abertura, o Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP, afirmou que aquela era uma “noite de emoções” e definiu o cirurgião-dentista

como “antes de tudo, um amigo confiável do seu paciente”.

A cerimônia também serviu para a entrega de títulos de especialistas para jovens profissionais e o reconhecimento dos veteranos que se tornaram remidos. Desse encontro de gerações, Dr. Emil observou: “Vejo o futuro da odontologia na sucessão valorosa dos colegas que lutaram muito e venceram a sua batalha. Por isso, agradeço a todos os remidos pelos extraordinários trabalhos realizados durante todos esses anos em prol da Odon-

tologia”.

Ao mesmo tempo, saudou a os novos especialistas como “jovens cheios de esperança, com armas adequadas para a grande batalha da vida, que irão enfrentar com muita garra e muito amor à Odontologia à qual irão dedicar seus esforços e sonhos”. E complementou dizendo que: “O homem íntegro é aquele que jamais renunciou aos seus ideais da juventude e lutou por eles”.

Dr. Emil fez questão de lembrar que, apesar da noite de festa e dos incon-

táveis sucessos da Odontologia nacional, a classe deve manter-se em permanente vigilância por conta dos inúmeros desafios apresentados atualmente e garantiu que: “O CROSP tem defendido a classe com todas as suas forças para evitar que projetos tendenciosos invadam atribuições e competências exclusivas dos cirurgiões-dentistas por terceiros não habilitados para tal exercício”.

Enfatizou também que “em relação à assistência odontológica, o CROSP

exorta as autoridades, como sempre vem fazendo, para a urgente contratação de cirurgiões-dentistas para o serviço público e o reajuste dos vencimentos defasados para a conseqüente melhoria de atendimento à população necessitada”.

Medalha Tiradentes

O presidente do CROSP explicou que “a Medalha Tiradentes foi criada

pelo CROSP em 1992, por ocasião das comemorações do bicentenário da morte de Tiradentes - em 21 de abril de 1792 – em homenagem ao mártir da independência do Brasil e tornou-se a maior láurea da Odontologia paulista e hoje será entregue a alguns dos mais significativos representantes de nossa cultura e ciência odontológica”.

Foram agraciados com a Medalha Tiradentes:

- Dr. Reynaldo Baracchini, ex-presidente Sociedade Paulista de Ortodontia.
- O Tenente Coronel Doutor Laércio Ribeiro de Paiva, por seu trabalho a frente do Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- O Centro Odontológico da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por seu centenário
- A Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD Central) também por seu centenário

Compuseram a mesa principal:

- Deputado Barros Munhoz, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- Deputado Jooji Hato, vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP
- Coronel Álvaro Camilo, Comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Dr. Rubens Corte Real de Carvalho, Conselheiro Federal representando o Dr. Ailton Diogo Morilhas Rodrigues – Presidente do Conselho Federal de Odontologia
- Dr. Silvio Jorge Ceccheto, presidente da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas
- Dr. Adriano Albano Forghieri, presidente da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas



Dr. Reynaldo Baracchini recebe a medalha Tiradentes por sua contribuição para a Odontologia



O Tenente Coronel Dentista Policial Militar, Dr. Laércio Ribeiro de Paiva, recebe a medalha Tiradentes das mãos do Coronel Álvaro Camilo, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O Dr. Laércio foi condecorado duas vezes, primeiro por sua contribuição pessoal para a Odontologia e depois como comandante do Centro Odontológico da Polícia Militar. A instituição foi homenageada pelo seu centenário

HOMENAGEM



O presidente da APCD, Dr. Adriano Albano Forghieri, recebe a medalha Tiradentes pelo centenário da instituição



Comente esta matéria pelo e-mail novocosp@cosp.org.br



Representando os cirurgiões-dentistas que se tornaram remidos naquela noite, o Dr. Nelson dos Santos Pugliesi recebe seu certificado



Oficiais da Polícia Militar prestigiaram a solenidade que homenageou o centenário do Centro Odontológico da Polícia Militar e o Tenente Coronel Dentista Policial Militar Dr. Laércio Ribeiro de Paiva



Representando os cirurgiões-dentistas que receberam seus títulos durante a solenidade, a Dra. Thais Tavares Valadão faz um discurso de agradecimento



Coquetel reuniu dezenas de pessoas que ouviram os três tenores brasileiros

EVENTO

Fórum de Conselhos Fim Saúde debate **qualificação** dos profissionais



Conselheiro do Crops, Marco Antonio Manfredini, representou a autarquia no Fórum



Coordenadora do FCAFS, Andréa Porto da Cruz

Conselheiros debateram a formação profissional nas instituições de ensino e apresentaram a posição de cada entidade sobre o assunto

No dia 17 de novembro, o CROSP realizou em sua sede o I Fórum de Qualificação Profissional, organizado pelo Fórum de Conselhos Fins da Área da Saúde (FCAFS), que representa os Conselhos Regionais da área da Saúde de São Paulo.

O evento contou com a presença de representantes de 10 dos 14 Conselhos da área da saúde no Estado de São Paulo: CROSP, CREMESP, COREN, CRF, CREFITO, CRP, CRFONO, CRBIO, CREdFís, CRESS. O principal objetivo foi debater a atual situação da formação dos profissionais de saúde nas instituições de ensino.

O conselheiro do CROSP Marco Antonio Manfredini foi um dos expositores presentes ao fórum e apresentou, como os outros representantes dos conselhos, a posição da autarquia, em relação a três questões centrais que permearam o fórum: a visão sobre a formação

atual da sua área de atuação, as ações desenvolvidas pelo Conselho em relação à qualidade de ensino de graduação e a posição em relação ao exame de proficiência para o exercício da profissão.

“Entendemos que esse debate é de extrema importância. Não dá para um Conselho caminhar de forma isolada nessa questão. É necessário que os Conselhos Profissionais de SP consigam estabelecer uma agenda conjunta, que contemple as diversidades de cada profissão. Temos que ter um espírito conjunto e coletivo para conseguir avanços em nosso objetivo principal, que é a qualidade do serviço de saúde prestado a população”, analisou Manfredini.

Para a coordenadora do FCAFS e conselheira do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (COREN), Andréa Porto da Cruz, esse encontro é muito importante para o debate de ideias e alternativas para melhorias

na educação em saúde. “É fundamental esse momento de discussão. Demonstra não só a preocupação, mas mostra um diagnóstico do que cada Conselho tem enfrentado em relação à sua profissão”, avalia.

A questão que mais gerou debate entre os participantes foi a da obrigatoriedade ou não de um exame de proficiência. Enquanto alguns conselhos, como o CROSP defendem a necessidade da criação da avaliação obrigatória para melhorar a qualidade dos profissionais que começam a entrar no mercado, outros como o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), avaliam que a implantação desse tipo de ferramenta não seria a mais apropriada. “Para nós, a questão principal é a precarização do ensino superior brasileiro”, analisa o conselheiro do CRESS, Tiago Barbosa dos Santos.

“É um momento de união das profissões que cuidam da saúde da população. A gente não pode fragmentar a saúde. O FCASS também tem essa intenção de não fragmentar as ações e pensar em uma estratégia conjunta entre todos os conselhos. Esse é um dos nossos focos principais”, avalia Andréa.

“É importante dizer que uma das preocupações do FCASS é chegar a decisões consensuais. Esse fórum tem a finalidade de propiciar uma visão geral do que cada conselho vem enfrentando. Este processo depende da situação de cada profissão e do momento histórico”, resume Manfredini.

A principal decisão do fórum foi a de criar um grupo técnico de trabalho, composto por representantes de todos os Conselhos, que possa realizar este debate, pensando em alternativas para a melhora na qualidade de ensino dos futuros profissionais da área de Saúde. “Daqui pra frente é que as ações serão tomadas. Temos várias ideias, vários projetos. A criação desse grupo de trabalho foi um dos encaminhamentos tirados hoje aqui e vai dar continuidade a essas discussões”, conclui a coordenadora do Fórum Andréa Porto da Cruz.

Comente esta matéria pelo e-mail novocrops@crops.org.br



CROSP se articula com outras instituições da saúde em **defesa do SUS**

Movimento foi lançado em encontro com a imprensa e seguido de caminhada até a Câmara Municipal de São Paulo



No dia 25 de outubro foi lançado o “Movimento Saúde e Cidadania em Defesa do SUS”. Um evento na sede da Associação Paulista de Medicina (APM) reuniu diversas instituições de saúde, inclusive o Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo (CROSP), e a imprensa para comunicar essa inédita união dos profissionais em benefício do sistema do qual dependem mais de 80% dos brasileiros.

“É preciso deixar bem claro que este não é um ato corporativista. Estamos, antes de tudo, defendendo o direito da população ter acesso a um atendimento de qualidade e digno. Por este objetivo estamos juntos, profissionais de saúde e pacientes”, afirmou o Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP, em seu discurso.

O Dr. Emil também ressaltou sua expecta-

tativa positiva em relação aos resultados do movimento por conta da sua representatividade. “Conseguimos reunir os principais representantes das diversas áreas da saúde e de outros setores da sociedade, como a OAB, FIESP, Associação Comercial e o PROTESTE. Essa união é fundamental, pois juntos somos muito fortes”, avaliou.

No manifesto assinado por 35 entidades, os signatários explicam que: “É marcante a dificuldade de muitos brasileiros para obter atendimento, principalmente nas periferias urbanas e nas áreas mais distantes dos grandes centros. Outra prova cabal das deficiências na assistência é o crescimento progressivo do mercado de planos de saúde, e nem sempre com a qualidade que se espera.”

Uma das principais reivindicações é a ampliação dos recursos para a saúde. Diz o docu-

mento: “Para se tornar um país desenvolvido, o Brasil precisa seguir o que as nações de primeiro mundo e da própria América do Sul já estão investindo hoje em saúde, isto é, em média, no mínimo 10% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 70% de investimento público. Atualmente, aplicamos 8% do PIB, mas 4,5% relativos ao sistema privado e apenas 3,5% em saúde pública, ou seja, metade do que seria o mínimo adequado, ainda mais tendo em vista nossa proposta de atendimento integral.”

Nesse sentido, em novembro o Movimento enviou carta aos senadores para que, no processo de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, eles escolham o texto proposto pelo PLS 121/2007, que obriga a União a aplicar 10% da sua receita em saúde (Veja o box explicativo).

Embora o manifesto seja incisivo quanto à necessidade de aumento no investimento em saúde, ele faz uma ressalva fundamental quanto à gestão: “Os recursos públicos na saúde precisam ser bem geridos, com transparência, controle da sociedade e alocação dessas

verbas de forma bem estruturada para que possam melhor contemplar as necessidades da população”.

Comente esta matéria pelo e-mail
novocresp@cresp.org.br



A questão dos Projetos de Lei

A Emenda Constitucional nº 29, que determina investimentos em saúde já foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Executivo. Porém, para que funcione na prática é necessária uma regulamentação, feita por Projeto de Lei (PL).

Esse processo se arrasta há anos e, nesse período, foram propostos dois textos para a regulamentação, o PLS (Projeto de Lei do Senado) original, nº 121/2007, e o PLP (Projeto de Lei Complementar) nº 306/2008, que foi aprovado na Câmara.

O primeiro, apoiado pelo Movimento de defesa ao SUS, determina que a União invista 10% de sua receita corrente bruta (RCB). Algo em torno

de R\$ 104 bilhões ou quase um terço a mais do que o orçamento deste ano, equivalente a 7% da RCB. Para minimizar o impacto inicial sobre o orçamento e dar tempo ao Executivo para rever a distribuição de seus investimentos entre as diversas áreas, o percentual inicial seria de 8,5% da RCB, chegando aos 10% em cinco anos.

O aprovado pela Câmara em 2011 determina que a União destine à saúde o mesmo montante do ano anterior acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois últimos anos. Por isso, pelo PLP 306/08, o investimento federal seria semelhante ao já praticado hoje.

Em um golpe para a saúde, em 05/12, o Senado aprovou o PLP 306/08.

Frases

“A APCD apoia o Movimento Saúde e Cidadania em defesa do SUS, e defende que a saúde é um direito de todos. A população tem que ter acesso a um atendimento de qualidade. Para que isso ocorra, é preciso que os profissionais sejam mais valorizados e haja mais recursos financeiros para a saúde pública. Essa união entre as categorias da Saúde também é muito importante para garantir a legitimidade deste processo, fundamental para a nossa sociedade, hoje.”

Adriano Albano Forghieri, Presidente da APCD

“Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas participou e atuou firmemente na defesa do SUS, reivindicando maior repasse do Governo Federal para saúde da população”

Silvio Cecchetto, presidente ABCD

“O Brasil é um país desigual. É função dos profissionais de saúde, que vivem essas dificuldades no dia a dia, juntos desenvolvermos ações que efetivamente diminuam as desigualdades sociais. Discutir soluções para o SUS é discutir soluções para nossas desigualdades.”

Florisval Meinão, presidente da APM

“Vamos começar com reuniões em São Paulo, um local essencial, pois aqui reunimos ao mesmo tempo a melhor em saúde e um grande desassistencialismo. Mas tenho certeza de que toda a sociedade vai se organizar”.

Jorge Carlos Machado Curi, ex-presidente da APM

“A quantidade de impostos no setor da saúde chega a 18%, entre compra e venda de equipamentos e pagamento de prestadores de serviços. Só a diminuição desta parcela já ajudaria muito o financiamento.”

Ruy Baumer, coordenador do Comsaude/FIESP

“Pertencço ao grupo de médicos que vai trabalhar na SUS daqui para frente. O subfinanciamento desses últimos anos causa a bancarrota que temos hoje com problemas de atendimento e diminuição das cirurgias. Se continuar assim, o que será do Sistema em mais 20 ou 30 anos?”

Alexandre Audi, representante da Associação Nacional dos Médicos Residentes

“Tenho certeza de que a melhoria das condições de trabalho resulta em melhor qualidade no atendimento para a população e isso só é possível conseguir unindo forças”

Maria Angélica Giannini Guglielmi, do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo

“Do total de 8% do PIB investido em saúde, o setor privado recebe de 4,3% a 4,5% do PIB e atende 18% da população. Enquanto isso, o resto dos brasileiros, 82% de toda população, recebe somente 3,5% do PIB.”

Elzeus Paiva, deputado federal

“Tranquem as torneiras do desperdício e da corrupção que vai sobrar dinheiro sem precisar onerar ainda mais o bolso num novo imposto.”

Gilberto Natalini, vereador da cidade de São Paulo

“A gente vê o sofrimento que passam as filantrópicas para manter suas portas abertas. Isso acontece principalmente com os pacientes de pequenos municípios, que dependem quase integralmente do SUS. Prefeitos não têm mais de onde tirar dinheiro. Deveriam investir 15% em saúde, mas investem mais de 25%.”

Ulysses Tassinari, deputado estadual em São Paulo

Instituições signatárias do Movimento Saúde e Cidadania em Defesa do SUS



- CROSP – Conselho Regional de Odontologia de São Paulo
- APM – Associação Paulista de Medicina
- AMB – Associação Médica Brasileira
- Academia de Medicina de São Paulo
- OAB-SP – Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo
- AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros
- FPS – Frente Parlamentar da Saúde
- Pastoral Nacional da Saúde / CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CMB – Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas
- FEHOSP – Federação das Santas Casas e Hospitais Benéficos do Estado de São Paulo
- ISCMSP – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo
- FIESP / COMSAÚDE – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo / Comitê da Cadeia Produtiva da Saúde
- ACSP – Associação Comercial de São Paulo
- COREN-SP – Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo
- PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- SINDHOSP – Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios
- FEHOESP – Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo
- ANAHP – Associação Nacional dos Hospitais Privados
- ABCD – Associação Brasileira dos Cirurgiões Dentistas
- APCD – Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas
- ACT – Aliança de Controle do Tabagismo
- SESCON-SP – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo
- Sociedade Brasileira de Cardiologia
- Sociedade Brasileira de Clínica Médica
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular
- Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão
- Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear
- Sociedade Brasileira de Nefrologia
- Academia Brasileira de Neurologia
- Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia
- Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial
- Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
- Sociedades de Especialidades Médicas do Estado de São Paulo
- Regionais da Associação Paulista de Medicina

Atualização do Código de Ética em debate



Pré CONEO na Capital

Crops participou ativamente de todo o processo de atualização do Código de Ética Odontológica proposta pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO)

Realizada entre os dias 7 e 10 de novembro em Goiás, a 4ª Conferência Nacional de Ética Odontológica (CONEO) do Conselho Federal de Odontologia (CFO) debateu a atualização do Código de Ética Odontológica. O documento que norteia o trabalho dos profissionais de Odontologia atualmente conta

“A CONEO 2011 superou as expectativas pela qualidade das propostas apresentadas”

com 48 artigos e está em vigência há dez anos. “De lá pra cá, muita coisa mudou. Desde a relação dos profissionais com os pacientes até as tecnologias e técnicas empregadas. A proposta de atualização veio em boa hora”, comentou Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP.

O CROSP participou ativamente de todo o processo de atualização do Código de Ética, incentivando os profissionais a opinarem sobre a alteração do documento. Durante a Pré CONEO, período em que os conselhos de todo o país discutiram as alterações do Código, os inscritos puderam enviar suas sugestões através de um sistema exclusivo de

coleta de dados via site desenvolvido pelo CROSP. O Conselho percorreu ainda diversas cidades do interior de São Paulo (Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, S. J. do Rio Preto e Santos) incorporando propostas e tirando dúvidas sobre o processo de atualização. “Nosso objetivo foi facilitar ao máximo a manifestação dos colegas. Julgamos imprescindível a participação do maior número possível de cirurgiões-dentistas para que o novo documento fosse representativo e atendesse as reais e atuais necessidades dos profissionais e pacientes”, explicou Dr. Emil.

O CROSP recebeu mais de 500 manifestações, que depois de analisadas por uma equipe técnica, ajudaram a compor um documento único entregue ao CFO. Importantes contribuições do documento foram aprovadas pela plenária da 4ª CONEO (confira relação ao lado), demonstrando a representatividade do trabalho do CROSP. “Agradecemos a todos os cirurgiões-dentistas que aderiram a iniciativa e nos ajudaram a participar de maneira ativa durante todo o processo nos últimos meses”, comemorou Dr. Emil Adib Razuk.

Comente esta matéria pelo e-mail novocrops@crops.org.br



Entenda como aconteceu a atualização

Durante a CONEO, nos dias 08 e 09, quatro grupos de trabalhos do CFO (cada um responsável por uma parte do Código) puderam votar pela manutenção do capítulo, para retirar um trecho na íntegra, pela notificação do capítulo, alterando apenas algumas partes, e pela inclusão ou exclusão de algum capítulo.

A análise dos grupos resultou em um texto único apresentado à Comissão Relatora do CFO, que foi submetido à votação, no dia 10, último dia da conferência, dos cerca de 350 participantes, entre cirurgiões-dentistas e representantes de entidades odontológicas, presentes no evento.

A proposta de redação final foi encaminhada para apreciação da plenária do CFO, responsável por redigir o novo Código de Ética, que será divulgado em breve.

Avaliação positiva

Para o presidente do CROSP, a CONEO 2011 superou as expectativas pela qualidade das propostas apresentadas. “Esse tipo de ação demonstra o trabalho da classe em prol de uma saúde de qualidade e colabora para fortalecer a Odontologia”, afirmou Dr. Emil.

A atualização do Código de Ética é também uma excelente oportunidade de acompanhar o processo de mudanças humanas, tecnológicas e científicas da sociedade, além de colocar em pauta os atuais desafios do setor. “Veja, por exemplo, a internet e todas as possibilidades que o universo virtual oferece. Como vamos lidar com isso? De que maneira vamos fiscalizar e regulamentar? Por isso, é imprescindível sempre debater com clareza e objetividade os assuntos pertinentes ao exercício da profissão, a começar pelo Código de Ética”, avaliou Dr. Emil Adib Razuk.

Confira as contribuições enviadas pelo CROSP e aprovadas pela plenária da 4ª CONEO



Quanto ao relacionamento com o paciente

Constitui infração ética no relacionamento com o paciente: comercializar atestados odontológicos ou prescrições medicamentosas; realizar consulta e diagnósticos através da internet, rádio e televisão ou qualquer outro meio que configure atendimento não presencial.

Quanto ao sigilo profissional

Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança, adolescente, idosos ou mulheres serão obrigatoriamente comunicados aos órgãos competentes (Autoridade Judicial, Conselho Tutelar, Conselho do Idoso, Ministério Público e Delegacias de Polícia).

Quanto aos honorários profissionais

Quanto aos honorários profissionais, constitui infração ética: permitir o oferecimento, ainda que de forma indireta, de seus serviços, através de outros meios como forma de brinde, premiação ou descontos; divulgar ou oferecer consultas e diagnósticos gratuitos ou sem compromisso; a participação de cirurgião-dentista e entidades prestadoras de serviços odontológicos em cartão de descontos, caderno de descontos, "gift card" ou "vale presente" e demais atividades mercantilistas.

Quanto as Operadoras de Planos Odontológicos, convênios, credenciamentos, Clínicas Odontológicas e demais entidades

Constitui dever atender as determinações e notificações expedidas pela fiscalização do Conselho Regional, suspendendo a prática irregular e procedendo as devidas adequações, sendo vedado o uso indiscriminado de Raios X com finalidade, exclusivamente, administrativa em substituição à perícia/auditoria e aos serviços odontológicos.

Quanto à propaganda e publicidade, fica vedado

- A participação dos profissionais e entidades na divulgação de assuntos odontológicos, em qualquer meio de comunicação de massa, que deixe de ter caráter exclusivamente de esclarecimento e educação da sociedade.
- A utilização do termo "clínica popular"
- Realizar a divulgação e oferecer serviços odontológicos com finalidade mercantil e de aliciamento de pacientes, através de cartão de descontos, caderno de descontos, mala direta via internet à população em geral, sites promocionais ou de compras coletivas, telemarketing ativo à população em geral, stands promocionais, caixas de som portáteis ou em veículos automotores, plaqueteiros entre outros meios que caracterizem concorrência desleal e desvalorização da profissão;
- Divulgar e realizar atendimento domi-

ciliar, com finalidade distinta àquela prevista na legislação sanitária;

- Participar de anúncios de empresas comerciais qualquer que seja sua natureza, valendo-se de sua profissão.

Quanto às entrevistas para a imprensa

- Fica vedado anunciar o endereço profissional, endereço eletrônico e telefone.

Quanto às palestras, fica vedado

- A realização de palestras em escolas, empresas ou quaisquer entidades que tenham como objetivo a divulgação de serviços profissionais e interesses particulares, diversos da orientação e educação social quanto aos assuntos odontológicos.
- A distribuição de material publicitário e oferecimento de brindes, prêmios, benefícios ou vantagens ao público leigo, em palestras realizadas em escolas, empresas ou quaisquer entidades, com finalidade de angariar clientela ou aliciamento;
- Realização de diagnóstico ou procedimentos odontológicos em escolas, empresas ou outras entidades, em decorrência da prática de palestras com interesses de divulgação pessoal e autopromoção
- Aliciamento de pacientes, aproveitando-se do acesso às escolas, empresas e demais entidades.

CROSP premiou vencedores do Programa e Concurso “A Saúde Bucal”



Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP, e Dr. Lázaro de Melo Brandão, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, confirmam parceria para mais uma edição do Programa e Concurso “A Saúde Bucal”

O concurso distribuiu mais de R\$ 450 mil em prêmios para alunos, professores, diretores, escolas e cirurgiões-dentistas voluntários

O Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CROSP) promoveu, em parceria com o Governo do Estado e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, e com o apoio do Bradesco, mais uma edição do Programa e Concurso “A Saúde Bucal”. O projeto alcançou cerca de 5 milhões de estudantes das redes estadual e municipal de ensino.

Reconhecido como o maior programa pedagógico de saúde bucal do mundo pela UNESCO, a iniciativa recebeu milhares de trabalhos, e uma comissão julgadora de especialistas escolheu os vencedores.

Foram selecionados três trabalhos por

cada modalidade e, no total, o concurso distribuiu mais de R\$ 450 mil em prêmios para alunos, professores, diretores, escolas e cirurgiões-dentistas voluntários.

Nas escolas da Secretaria de Estado da Educação foram premiados 279 alunos, 279 professores, 12 diretores, 4 escolas e 10 cirurgiões-dentistas voluntários. Já nas escolas administradas pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, foram 52 alunos, 52 professores, 3 diretores e 3 escolas.

Os alunos desenvolveram diversos tipos de trabalhos para participar do concurso, que foi dividido em quatro modalidades:

■ 1º e 2º anos com colagens sobre “A importân-

cia do sorriso”

- 3º e 4º anos com frases sobre “Como ter um belo sorriso?”
- 5º e 6º anos elaborando poemas com o tema “A importância da mastigação e da fala”
- 7º, 8º e 9º anos montando jogos sobre “A importância da saúde bucal para a saúde geral”

Os vencedores receberam os prêmios em cerimônias no mês de dezembro. Veja a lista completa no site do CROSP (www.crosp.org.br).

Comente esta matéria pelo e-mail
novocrosp@crosp.org.br



PARTICIPAÇÃO

Cirurgiões-dentistas voluntários movimentam as **Câmaras Técnicas**



Reunião das Câmaras Técnicas

O CROSP instalou vinte e três Câmaras Técnicas de especialidades para auxiliar o Conselho e colaborar com avanços para a Odontologia. Os grupos são formados por especialistas com reconhecida atuação em suas áreas e que dispuseram de seu tempo de forma voluntária.

“O trabalho desses profissionais está sendo fundamental para que o CROSP defenda a Odontologia de maneira eficiente, utilizando argumentação técnica e apurada”, elogia o Dr.

Emil Adib Razuk, presidente do CROSP.

As Câmaras se reúnem semanalmente de maneira individual e periodicamente para discussões em conjunto. “Além da contribuição científica, o esforço desses colegas demonstra o quanto podemos realizar quando existe o envolvimento de todos”, finaliza o Dr. Emil.

Comente esta matéria pelo e-mail novocresp@crosp.org.br



CÂMARAS TÉCNICAS

CTBMF Cirurgia traumatologia,
Buco Max. Facial
Disfunção Temporo Mandibular
Dentística
Estomatologia e Patologia Bucal
Endodontia
Implantodontia
Odontogeriatrics
Odontopediatria
Odontologia Legal
Odontologia do Trabalho
Ortopedia Funcional dos Maxilares

Ortodontia
Pacientes Especiais
Prótese Dentária
Prótese Buco Max. Facial
Periodontia
Radiologia
Saúde Coletiva
Analgesia
Hipnose
Homeopatia
Terapia Floral
Acupuntura

APRIMORAMENTO

Mais presença com os representantes distritais



Em mais uma iniciativa que contou com a atuação voluntária de colegas cirurgiões-dentistas, o CROSP busca se aproximar ainda mais dos inscritos e identificar suas reais necessidades. O representante distrital é uma figura muito importante, pois se constitui em um canal de comunicação entre o Conselho e os profissionais.

A experiência teve início na capital e deve se estender para o interior em breve. Ao todo, foram designados 65 representantes que cobrem toda a extensão da cidade de São Paulo.

“A intenção é que esses colegas, mais próximos dos cirurgiões-dentistas das suas regiões, tragam para o Conselho suas necessidades e sugestões. Ao mesmo tempo também podem auxiliar identificando alguma possível infração”, diz o Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP.

São atribuições dos Representantes Distritais

- Orientar os profissionais da sua região
- Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade relacionada ao exercício da profissão e ao Código de Ética que ocorra dentro da área de sua jurisdição.
- Intermediar o relacionamento entre o Conselho Regional e os cirurgiões-dentistas e clínicas odontológicas da sua região
- Fazer o levantamento de todos os profissionais e entidades da sua área e manter o CROSP atualizado sobre essas informações

Dispensa de débitos fiscais



Governador Geraldo Alckmin se reúne com representantes da Odontologia

Comente esta matéria pelo e-mail
novocrops@crops.org.br

No último dia 05 de outubro, a secretária do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CROSP), Dra. Maria Lucia Zarvos Varellis, compareceu, representando o presidente do CROSP, Dr. Emil Adib Razuk, a um encontro com o governador do Estado, Geraldo Alckmin, para a assinatura do decreto que dispensa o recolhimento de débitos fiscais decorrentes de operações com insumos destinados a próteses dentárias.

Enquadram-se no decreto operações destinadas a implantes ósseo integráveis, na forma de parafuso, e seus componentes manufaturados, tais como tampas de proteção, montadores, conjuntos, pilares (cicatrizador, conector, de transferência ou temporário), cilindros, seus acessórios, destinados a sustentar, amparar, acoplar ou fixar próteses dentárias, realizadas até o dia 1º de março de 2011.

A regra alcança os débitos fiscais exigidos ou não por Auto de Infração e Imposi-

ção de Multa - AIIM, inclusive os inscritos em dívida ativa e os remanescentes de parcelamentos anteriores em curso.

O encontro também contou com a presença de outros representantes de lideranças do setor médico e odontológico, como o Dr. Adriano Albano Forghieri, presidente da Associação Paulista dos Cirurgiões-Dentistas (APCD). A medida certamente beneficiará todos os segmentos envolvidos, desde os cirurgiões-dentistas até a população assistida.

Nota de falecimento

Faleceu em Ribeirão Preto, no dia 29 de outubro, o Professor Dionísio Vinha. Graduado em 1962 em Odontologia pela Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, era Doutor Livre-Docente e Titular em Dentística pela USP/Ribeirão.

Foi criador dos Programas de Mestrado em Odontologia Restauradora (FORP_USP – 1996) e de Promoção de Saúde (UNIFRAN – 1999). Instalou os cursos de Odontologia na UNAERP (Ri-

beirão Preto), UNICEMA (São Luis – MA) e UNIFRAN (Franca).

Orientou 21 mestrandos, 7 doutorandos, publicou 2 livros, 1 capítulo e 83 trabalhos. Foi Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFRAN.

Como cirurgião-dentista foi por trinta anos lotado na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Deixa a esposa Vera Heloísa Pileggi Vinha, cinco filhos, sendo um deles, Pedro, nosso colega de profissão, e sete netos.



CROSP quer mais rigor nas especializações

O Dr. Luis Fernando Massoneto, secretário nacional de Regulação e Supervisão de Ensino Superior do Ministério da Educação, esteve no CROSP para discutir medidas que possam aperfeiçoar o ensino da Odontologia no país.

Um dos assuntos que dispensaram mais atenção dos presentes foi as regras para o funcionamento dos cursos de especialização. “Observamos programas com carga horária insuficiente e isso deve ser combatido. Temos que zelar pela qualidade da formação profissional”, disse o Dr. Emil Adib Razuk, presidente do CROSP.

Também foi abordada a questão da proliferação indiscriminada das faculdades que, segundo consenso, não é positivo para o exercício da profissão e para a saúde bucal da população. Ficou acertada a realização de



Comente esta matéria pelo e-mail novocrops@crosp.org.br

um seminário promovido em conjunto pelo CROSP e o Fórum de Conselhos Profissionais para detalhar o assunto e encaminhar medidas práticas.

Além do representante do ministé-

rio e do presidente do CROSP participara a secretária do CROSP, Dra. Maria Lucia Zarvos Varellis, e os conselheiros Dr. Marco Antonio Manfredini e Dr. Rogério Adib Kairalla.

MEC cancela 307 vagas em cursos de Odontologia

O Ministério da Educação (MEC) anunciou a suspensão de 307 vagas em cursos de Odontologia no Brasil. Na área de saúde, incluindo enfermagem e farmácia, foi anunciado um total de 3.986 cortes. Antes o ministério já havia informado a extinção de 514 vagas em medicina. A medida foi adotada em instituições que tiveram que tiveram conceito insatisfatório na avaliação de 2010.

As unidades atingidas tiveram nota 1 ou 2 no Conceito Preliminar de Curso (CPC). Esse índice de avaliação tem escala de 1 a 5 e avalia especificamente os cursos --e não as instituições. Ele considera a nota no Enade

(Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), a infraestrutura do curso e a titulação do corpo docente. No curso de Odontologia, 20 instituições receberam sanções (veja quadro).

Além da redução no número de vagas, os estabelecimentos tiveram suspensos todos os processos de regulação no MEC relativos aos cursos em questão, a autonomia para abrir novas vagas (no caso de universidades e centros universitários) e ainda vão passar por um processo de supervisão, que envolve uma espécie de auditoria e um plano de saneamento de falhas.

Seleção pública do CROSP foi prorrogada

A seleção pública para preenchimento de cargos no CROSP foi prorrogada por mais dois anos. A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado do dia 29/11/2011. Dessa maneira, os aprovados neste processo seletivo que ainda não foram convocados, continuarão habilitados para futuros postos no Conselho por mais esse período adicional.

Cursos de Odontologia que receberão medidas cautelares do MEC

Centro Universitário de Anápolis

Universidade São Francisco

Universidade Tuiuti do Paraná

Universidade Salgado de Oliveira - Niterói

Universidade Metropolitana de Santos - Santos

Centro Universitário Fluminense

Centro Universitário do Triângulo

Universidade Vale do Rio Verde - Bh

Universidade Vale do Rio Verde - Três Corações

Universidade José do Rosário Vellano - Varginha

Faculdade de Pindamonhangaba

Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central

Faculdade do Amazonas

Faculdade Cathedral

Faculdades Integradas Aparício Carvalho

Faculdade de Ciênc. Hum, Econômicas e da Saúde de Araguaína

Faculdades Integradas dos Campos Gerais

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

Faculdade Presidente Antônio Carlos

Faculdade de Odontologia de Manaus

Piracicaba reduziu em até 42% o ISSQN para os cirurgiões-dentistas e TPDs

Medida foi resultado de compromisso assumido pelo prefeito Barjas Negri com o Dr. Emil Razuk em 2009.

A partir de 2012, os cirurgiões-dentistas da cidade de Piracicaba terão um abatimento no ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), que será reduzido dos atuais R\$ 1.250,00 para R\$ 725,00.

A diminuição do tributo foi acertada em reunião que contou com a participação do prefeito municipal, Barjas Negri, do secretário municipal de Finanças, José Admir Moraes Leite, do presidente do CROSP, Dr. Emil Adib Razuk, da presidente da APCD – Piracicaba, Sandra Barroso Furlan, do secretário do CROSP – Seccional Piracicaba, Mário Monteiro Terra, do delegado do CROSP - Seccional Piracicaba, Renato Benatti, do presidente do Sindicato dos Odontologistas de Piracicaba e região, César Schmidt, do presidente da Uniodonto, Cláudio Zambello, e do fiscal do CROSP em Piracicaba, Reinaldo Salvego. Posteriormente a Câmara Municipal aprovou a iniciativa do Executivo.

A conquista foi consequência de uma reivindicação feita pelo CROSP no final de 2009 diretamente ao prefeito. “Isso faz parte de um trabalho intenso que estamos desenvolvendo junto às prefeituras de todo o Estado pela isenção do

ISSQN para os cirurgiões-dentistas ou, pelo menos, para que a alíquota seja reduzida. Aqui em Piracicaba já estávamos em negociação há mais de seis meses e agora conseguimos uma diminuição significativa de 42%”, explica o presidente do CROSP, Dr. Emil Adib Razuk. A redução vai implicar em uma economia de R\$ 525,00 para cada profissional.

Barjas Negri, que foi Ministro da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso, explicou que o município reconhece a extrema importância dos cirurgiões-dentistas para a saúde da população e considera justa a reivindicação em relação ao ISS. “Por isso estamos realizando esse gesto em atenção da classe odontológica”, disse o prefeito. Segundo ele, a renúncia fiscal de 42% é o máximo que o município pode conceder no momento, principalmente considerando um possível efeito cascata provocado por solicitações semelhantes feitas por outras categorias profissionais.

“Foi uma negociação transparente em que ambos os lados expuseram suas razões e limitações. Tenho a obrigação de afirmar que tanto o prefeito como seu secretário de Finanças

sempre demonstraram boa vontade com nossas reivindicações e foram extremamente corretos durante todo o diálogo. Dentro das circunstâncias, ficamos satisfeitos com o resultado”, resumiu o Dr. Emil.

O benefício concedido aos cirurgiões-dentistas também foi estendido aos Técnicos em Prótese Dentária, que tiveram o imposto reduzido de R\$ 745,00 para R\$ 475,00.

O presidente do CROSP lembrou a importância da união entre as entidades odontológicas para se alcançar resultados importantes como o de Piracicaba. “Os cirurgiões-dentistas estavam representados nessa reunião pelo CROSP, APCD e Sindicato dos Odontologistas de Piracicaba e região, todos em busca de um objetivo comum. Isso demonstra que unidos somos mais fortes e podemos chegar mais longe. Tenho certeza de que esse ambiente de cooperação se repetirá em outras oportunidades” finalizou o Dr. Emil.

Comente esta matéria pelo e-mail novocrops@crop.org.br



O CROSP DESEJA A TODOS OS COLEGAS E FAMILIARES UM PRÓSPERO ANO NOVO.

Temos certeza de que 2012, com a união que conquistamos e que aumenta a cada dia, será um ano de muitas conquistas para a classe Odontológica e para a saúde bucal dos brasileiros.

CROSP

Conselho Regional de Odontologia de São Paulo



EVENTO

CROSP interativo no 30º CIOSP



Comente esta matéria pelo e-mail
novocrops@crops.org.br



Estande do CROSP no 29º CIOSP. Assim como na edição anterior, espaço irá oferecer diversos serviços para os inscritos

CROSP irá promover uma ampla pesquisa entre os inscritos durante o evento

Durante o 30º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (CIOSP), o CROSP irá promover uma ampla pesquisa entre os inscritos que servirá de subsídio para ações de melhoria de gestão e serviços. O levantamento vai abordar diversas questões e um dos objetivos principais será reunir sugestões para aprimorar a comunicação entre o Conselho e os cirurgiões-dentistas e intensificar o esclarecimento da população em relação à Odontologia e a importância da saúde bucal. A pesquisa ficará disponível no estande do CROSP, que contará também com uma série de serviços para os profissionais, e no site, para os colegas que eventualmente não participarem do evento. “Essas informações irão nos ajudar a desenvolver um planejamento alinhado com

as expectativas dos profissionais. Por isso, é fundamental a participação do maior número possível de cirurgiões-dentistas. É por meio

dessa interatividade que vamos construir uma Odontologia mais forte e representativa”, afirma Dr. Emil Adib Razuk.

Novidades

O 30º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (CIOSP), da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD), que acontece de 28 a 31 de janeiro no Expo Center Norte, é uma boa oportunidade para a troca de experiências e atualização profissional. O evento contará com empresas de 15 países, além do Brasil, com novidades em equipamentos e técnicas odontológicas. Para a edição 2012, segundo a organização, a área comercial foi

ampliada em 30%, em relação ao último evento. Ainda, de acordo com o secretário geral do 30º CIOSP, Ricardo Horliana, este ano o congresso contará com um sistema de pagamento online, evitando filas e atrasos. “Também ampliamos o atendimento aos congressistas tanto no Expo Center Norte quanto na APCD Central e estamos estimulando todos a retirarem seus materiais nos dias 26 e 27, que antecedem o congresso”, explicou o secretário.

BENEFÍCIO

CROSP permanece como **único Conselho** a oferecer seguro de vida

No mercado, o mesmo produto pode custar mais de R\$ 1.000,00.

Ao pagar a anuidade de 2012, imediatamente o inscrito do CROSP passa a contar com um seguro de vida. A apólice prevê indenização em caso de morte natural ou acidental e invalidez.

Atualmente esse tipo de seguro é um item indispensável para os profissionais, sobretudo aqueles que já construíram ou pretendem construir uma família. Ou seja, é um gasto “obrigatório” que influencia no orçamento anual. Esse benefício permite uma economia relevante que, em alguns casos, supera os R\$ 1.000,00, valor suficiente para pagar, depen-

do da região, alguns meses de aluguel do consultório ou adquirir quantidade significativa de material.

Mesmo os mais jovens, que encontram no mercado apólices mais acessíveis, terão um ganho expressivo, considerando o acúmulo de descontos em anos seguidos, já que o Conselho pretende manter o benefício permanentemente. Basta um planejamento financeiro mais apurado para perceber o resultado positivo.

Além disso, as seguradoras não oferecem essa cobertura para pessoas com mais de 60 anos, caso de um número crescente de inscritos. Esses pro-

fissionais apenas conseguem adquirir um seguro por meio do acordo que o CROSP mantém com os bancos. E, com o aumento da expectativa de vida, esse diferencial fica a cada dia mais importante.

É importante lembrar que a anuidade está congelada há 4 anos, no valor de R\$ 326,31 que em muitos casos é inferior ao custo de mercado do seguro oferecido pelo CROSP.

O seguro de vida 2012 começa a valer no dia seguinte ao pagamento da anuidade, por isso é importante a quitação imediatamente após o recebimento do boleto.

COMPARATIVO DOS PRÊMIOS

IDADE	SANTANDER	B.B	C.E.F
30 ANOS	180,77	134,40	171,72
50 ANOS	462,40	403,20	305,40
56 ANOS	857,61	672,00	797,88
59 ANOS	857,61	672,00	797,88
60 ANOS	857,61	672,00	1.159,56
69 ANOS	1.205,68	ACIMA DE 60 ANOS NÃO POSSUI	ACIMA DE 60 ANOS NÃO POSSUI

VALOR DAS INDENIZAÇÕES

CATEGORIA	MORTE NATURAL	INVALIDEZ PERMANENTE	MORTE ACIDENTAL
Cirurgiões-Dentistas	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00
Técnicos em Prótese Dentária	R\$ 13.333,33	R\$ 13.333,33	R\$ 26.666,66
Técnicos em Saúde Bucal	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
Auxiliares em Saúde Bucal	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
Auxiliares em Prótese Dentária	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00